

NOTÍCIA

A SÃO PAULO AMARELADA, ESTRUTURAS PARA A SAÚDE NO COMEÇO DA REPÚBLICA

ALESSANDRA ALVES DA SILVA

Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
pesquisadora do NEHSC PUC-SP e orientada pelo Profº Dr. Luiz Antonio Dias.

E-mail: alessandraads@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2688-2027>

Recebido em: 26/10/2022

Aprovado em: 13/11/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2022v75p311-326>



Essa pesquisa faz parte da dissertação de mestrado em História iniciado em 2021, na Pontifícia Universidade Católica sob orientação do professor doutor Luiz Antônio Dias. Pretende analisar as políticas públicas para combater as epidemias de febre amarela em São Paulo, e as medidas para colocar a capital do estado no caminho do progresso: a união dos médicos e higienistas com políticos, para assim tornar São Paulo uma cidade sadia, considerando a higiene como pré-requisito essencial no trajeto de inserção da modernidade atual.

O embasamento teórico traz o médico sanitarista Rodolpho Telarolli Júnior, e os historiadores Maria Stella Bresciani, Simone Lucena Cordeiro, Carlos José Ferreira dos Santos, Soraya Moura e Odair da Cruz Paiva que ajudaram na compreensão sobre São Paulo e sua política de imigração, e a implementação de estruturas sanitárias em decorrências das epidemias.

Inquietações pessoais em relação à História da Saúde e da Doença se iniciaram através de leituras dos relatórios da Secretaria de Agricultura, localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Muitos imigrantes adoeciam no porto e na Hospedeira dos Imigrantes, locais para os recém-chegados à cidade de São Paulo, em busca de vida melhor, nos quais aguardavam contratos de trabalhos antes de serem enviados aos destinos. No final do século XIX havia um projeto imigratório, em especial para europeus que fariam parte de um programa civilizatório em contribuição ao crescimento econômico do Brasil, ao contrário dos nacionais que não se adequariam ao modelo proposto.

As principais fontes que constituem este trabalho são: O Relatório da Comissão de Santa Ephigenia (1893) o Código Sanitário de 1894, além de relatórios da Secretaria de Negócios de Interior e notícias do jornal O Correio Paulistano.

O livro *Nem Tudo era Italiano: São Paulo e pobreza 1890-1915*, colaborou para lançar luzes sobre a exclusão dos menos favorecidos, fato que ocorre de maneira semelhante atualmente, além de apontar para outra visão de história, ao dar voz aos esquecidos pela oficialidade. O autor apontou a ausência de negros e pardos citados no Relatório da Comissão de Exames de Inspeção das Habitações Operárias nos Cortiços de Santa Ephigenia,¹ cujo foco

¹ Documento disponível em Arquivo Público do Estado de São Paulo.

do parecer era verificar as condições de higiene e salubridade dos imigrantes recém-chegados no porto de Santos e à cidade que, de acordo com o projeto, auxiliariam no desenvolvimento da cidade de São Paulo, sua industrialização e processo civilizatório.

A visita da Comissão *in loco* realizada por médicos e demais autoridades no bairro de Santa Ifigênia para verificar as condições higiênicas e de salubridade foi um dos fatores que contribuíram para a promulgação do Código de 1894.

Havia tantos negros e pobres em São Paulo no início da República que foi necessária a criação, por parte do Estado, de códigos e leis que tivessem como propósito afastá-los como sendo os indesejáveis, tratando-os como elementos inconvenientes a construção da cidade sofisticada.

A chegada de imigrantes, essencialmente europeus, era parte de um processo civilizatório montando por aqueles que estavam no poder. Segundo Lucy Maffei Hutter, de maneira geral, a Sociedade Promotora de Imigração buscava fazer a introdução de europeus que já tinham parentes e amigos em São Paulo, e o Estado fez uma propaganda de ampla divulgação. Os imigrantes que desejassem vir com suas famílias através de passagens gratuitas subsidiadas pelo governo, deveriam encaminhar-se a diretoria da Sociedade Promotora. A historiadora apontou que Martinho Prado, um político da província de São Paulo, justificou a preferência de agricultores com as famílias:

Martinho Prado afirmava que entre os imigrantes que embarcavam em Genova reinava sempre uma alegria pouco comum nos dias de partida para o Brasil. Era um verdadeiro entusiasmo que contratava singularmente com o sentimento de abandono da pátria e a quebra brusca de todas as relações com a terra natal, no momento em que iam para muito longe, a uma região vulgarmente por eles denominada América, com poucas possibilidades de volta. (HUTTER, 2018, p.36)

O Oeste paulista tinha como modo de produção a mão de obra escrava, que foi abalada com o fim do tráfico negreiro, realocando os escravos em funções menos importantes na cadeia produtiva do café, enquanto as outras funções foram incumbidas aos nacionais que eram livres.

Insistiu-se na mão de obra escrava, com baixa adesão a outra opção de trabalho barato ou mal remunerado, em um primeiro momento, com a entrada de *cooleis* indianos e chineses, em que as despesas eram custeadas

pelos cofres públicos. Essas iniciativas acabaram naufragando, mantendo o Oeste Paulista com a mão de obra escrava advinda de outras províncias, mesmo contrariamente à lei.

Posteriormente, foram contratadas pessoas cuja função era fazer a propaganda do país no exterior e assim atrair trabalhadores imigrante. Embora os propagandistas definissem o Brasil como paraíso na terra, os países assediados pela propaganda o definiram como lugar de pobreza e diversos males, e dentre isso algumas doenças, como a varíola e a febre amarela.

Diante da aproximação do verão, as companhias transatlânticas suspendiam as escalas dos seus vapores nos portos brasileiros, anunciando por toda a Europa para evitarem as quarentenas impostas no Rio da Prata aos navios oriundos do Brasil, em consequência da febre amarela no litoral brasileiro quando, muitas vezes, nem mesmo um caso se desse da enfermidade.

Embora muitos imigrantes vieram para o Brasil, poucos eram aqueles que conheciam a realidade do país, isso aconteceu por conta de dois movimentos que defendiam a imigração. Aqueles que defendiam a imigração para a Argentina, procuraram mostrar somente os piores aspectos do Brasil, já os defensores da imigração para o Brasil salientavam que o país era excelente. A questão da higiene foi utilizada como instrumento de coerção por parte dos médicos e sanitaristas, e aqueles que não se adequavam aos projetos estabelecidos eram excluídos e colocados nas margens da cidade, o que ocorre até hoje de maneira semelhante, como aponta o autor.

Carlos José fez críticas ao Relatório da Comissão, deixando evidências de quais seriam os sujeitos sociais importantes para as autoridades da época, e quais não o eram, decidindo preservar o imigrante considerado útil para a manutenção da economia e que serviriam para civilizar e disciplinar os pobres. Desde 1873, já tinham sido feitas algumas tentativas para limpar a várzea do rio Tamanduateí, quando cogitaram a construção de uma área de lazer na Várzea do Carmo, fato evidenciado por Geraldo Sesso Jr, na obra *Retalhos da Velha São Paulo*, mas apesar destas atitudes as enchentes continuaram ocorrendo. Apenas durante a gestão de Antônio da Silva Prado, em 1899, é que começaram, de fato, as escavações do leito do rio Tamanduateí.

O então presidente da república, Washington Luis considerava disciplinar os indesejados, que eram os moradores e frequentadores da Várzea do Carmo, considerados perigosos pelos médicos e sanitaristas, e sugeriu que ocorresse um processo de regularização da várzea. Por meio de leis, como Códigos de Posturas e Relatório da Comissão, relatos e relatórios de chefes de polícia, foi possível perceber as visões das autoridades municipais e empresários. Em relação ao anuário de 1902, apontou-se que o elemento nacional era considerado inferior:

(...)Em São Paulo onde predomina o elemento estrangeiro, acontece o mesmo que se dá em Buenos Aires, isto é, a inferioridade com que o elemento nacional concorre para o desenvolvimento da população. (SANTOS, 2008, pg.37)

O autor apontou, a partir dos documentos, como a população imigrante era elogiada e como ela auxiliava no progresso urbano, já os negros e nacionais eram tratados de forma depreciativa. É importante apontar que não eram os imigrantes de todas as nacionalidades que eram aceitos, os imigrantes africanos e asiáticos eram rejeitados. Os nacionais, na visão das autoridades, possuíam diversos vícios, evidenciados na documentação, dentre elas a embriaguez, depreciando novamente essa população.

O bairro de Santa Ifigênia foi analisado pela historiadora Simone Lucena Cordeiro no livro: *Os Cortiços de Santa Ifigênia: Sanitarismo e Urbanização* de 1893. Seu relato aponta em boa parte a atuação de Theodoro Sampaio, então diretor constituído no setor de saneamento, revelando no relatório que se buscava atender aos interesses do Estado e da classe dominante do período, ressaltando o caráter europeu como razão de progresso urbano. Esse documento também foi um dos analisados por Carlos José, cujo relatório foi elaborado por uma comissão de médicos.

O relatório de 1893, era composto por fichas em que constam os nomes das ruas, os números das residências e o ano de elaboração. Além disso, nele constam informações como o nome do proprietário, nome do locatário, e suas nacionalidades, a área livre, a área construída, número de casinhas ou cubículos construídos e ocupando o espaço, a população existente, o excesso das lotações e outras observações e prescrições.

Entre as nacionalidades, estavam: a italiana, a alemã, a portuguesa, a espanhola, a austríaca, a polaca, a dinamarquesa, não sendo encontradas em nenhuma destas fichas menções aos negros, aos pardos ou indígenas.

O relatório da comissão de exames e inspeção das habitações e cortiços de Santa Ephigenia de 1893, é composto por oito capítulos. Ao capítulo I seguem anotações referentes às Habitações Operárias nesta capital e de seu exame e inspeção; no Capítulo II: a descrição das zonas afetadas pela epidemia; no capítulo III: o tipo das estalagens ou habitações operárias existentes; o capítulo IV trata da distribuição dos cortiços e estalagens pela zona afetada no levantamento; o capítulo V das medidas a serem tomadas nos cortiços e estalagens; o VI fala das providências a tomar quanto aos cortiços condenados; no capítulo VII lê-se sobre o tipo das habitações e das vilas operárias a serem construídas e adotadas, e no capítulo VIII, o relato da situação das vilas operárias existentes. O documento foi então assinado por Amaral Gama, Theodoro Sampaio, Cândido Espinheira, Cunha Vasconcelos e Marcondes Machado, ou seja, um parecer assinado predominantemente por médicos.

A situação dos cortiços de Santa Ifigênia combina com os preceitos de higiene, além disso, coincidem com o período em que o Estado passou a “cuidar” e ser responsável pelo zelo médico, evidenciando a falta da participação popular. Retomando para o Relatório da Comissão, segundo Maria Alice Ribeiro, a epidemia de febre amarela foi um dos motivos pelos quais o poder público tomasse a iniciativa de fazer o relatório. Uma das recomendações finais da comissão foi a de manter os cuidados relacionados à higiene e a salubridade nas casas operárias, e em relação aos cortiços afirmavam a necessidade de os reformar ou demoli-los. A comissão chegou a coagir os proprietários para que eles saíssem da área:

Ao encerrar o rol de medidas de saneamento da habitação dos trabalhadores pobres no distrito de Santa Ifigênia, a Comissão manifesta que a desapropriação, por desalojar imediatamente e propiciar ganhos ou promessas financeiras ao proprietário, indivíduo com interesse “muito melindroso”. (RIBEIRO, 2010, p.45)

Por fim, vale ressaltar a afirmação de Carlos José que havia uma perseguição contra os considerados “vagabundos”, como as lavadeiras e

caipiras da Várzea do Carmo. Segundo o autor essa população incomodava os mais ricos e atrapalhavam na evolução visual da cidade. As lavadeiras da Várzea do Carmo compunham um elemento marginalizado dentro da cidade, que deveria ser escondido do progresso 'advindo' da Europa, desconsiderando a visão interna e excludente, na qual todos os elementos da sociedade mereciam ser analisados para a composição da urbanidade, mas que foram negligenciados por conta da visão eurocêntrica.

A situação precária da cidade em relação a higiene e salubridade foram os motivadores para a criação do Código Sanitário de 1894.² O crescimento demográfico de São Paulo acabou piorava alguns dos problemas já existentes, principalmente o acesso à moradia e aos recursos básicos de higiene.

Em 1891 a federação consentiu autonomia para os Estados agirem em prol das suas necessidades e assim, o Estado de São Paulo que estava colhendo os benefícios gerados pela expansão do café, organizou políticas públicas para atender em causa própria. Devemos considerar que com a República a saúde tornou-se uma obrigatoriedade dos Estados, que buscavam assim a atender as novas demandas crescentes.

A criação do Serviço Sanitário fez parte das medidas para consolidar a estrutura do cafeeiro, ele foi criado graças a uma lei de 1891 que descentralizava a questões sobre salubridade em decorrência do decreto de 30 de dezembro de 1891, permitindo aos estados estruturarem a criação e construção de serviços sanitários.

O poder executivo estabeleceu que as atribuições da Secretaria de Agricultura e Negócios do Interior seriam a saúde e a higiene, processo que se iniciou no começo de 1892. Em "O Laboratório e a República saúde pública - Ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo (1891-1933)" -, já na primeira parte do livro, a autora-pesquisadora Márcia Regina Barros da Silva descreveu como o regime republicano implementou a estruturação dos serviços relacionados à saúde e ensino. Os debates referentes à higiene aconteciam nas esferas legislativa e judiciária desde o império, porém no período republicano elas começaram a ser discutidas de maneira mais incisiva, e isso se deve, essencialmente, ao fato de ligados à nova fase industrial que São Paulo estava atravessando. Havia por parte das autoridades a

² Documento disponível em Arquivo Público do Estado de São Paulo.

verificação das deficiências sanitárias existentes, resultando nas possíveis medidas que poderiam ser tomadas.

As novas disposições acerca da higiene estavam especialmente ligadas ao agravamento das condições do porto de Santos, quando epidemias de febre amarela e varíola punham em risco a imigração estrangeira e apressavam a adoção das medidas descritas dos primeiros projetos. (SILVA, 2014, p.48).

O Serviço Sanitário por vezes acabava trabalhando para atender aos interesses dos cafeicultores, cuja atividade econômica não se restringia ao café em expansão no Estado, mas também se prolongava na esfera política, com a coordenação da Sociedade Promotora de Imigração e social através dos meios de comunicação.

Em seu livro intitulado “Poder e Saúde”, Telarolli, analisou a estruturação e criação de políticas públicas voltadas ao bem-estar coletivo, e relata como era a relação dos funcionários do Serviço Sanitário com os líderes políticos.

Quando solicitados, os funcionários do serviço estadual, estavam obrigados a colaborar com as lideranças políticas locais, mesmo nos assuntos que fugiam do seu campo de atuação. Exemplo típico dessa situação foi a utilização de uma epidemia de febre amarela no município de Araraquara em 1890, com fins de favorecimento político das oligarquias locais. (TELAROLLI, 1999, p.82)

O Código Sanitário foi estabelecido através de um decreto de 2 de março de 1894, assinado pelo doutor Cesário Mota Júnior, nele foram dedicados 5 capítulos as habitações, e do capítulo dois indo ao seis a mesma temática demonstra uma preocupação do Estado em relação à saúde pública, proibindo a construção de cortiços e recomendando a demolição ou interdição do imóvel, caso não fosse possível seguir as normas estipuladas pelas autoridades sanitárias. Essa preocupação com as habitações coletivas e cortiços está muitas vezes relacionada ao seu tamanho e ao grande número de pessoas morando em um pequeno espaço, situação propícia à aglomeração de pessoas e geração e propagação das doenças. O código em seu capítulo IV considerava habitações insalubres aquelas que não eram arejadas e iluminadas e onde não houvesse água suficiente.

Podemos perceber que o Código Sanitário estava preocupado em fiscalizar principalmente aquela população mais pobre, cujo risco de

adoecimento pudesse atrapalhar o progresso da cidade em expansão. Ele estabelece ao Serviço Sanitário o poder de fiscalizar essas habitações e de verificar as suas condições higiênicas, através das visitas domiciliares feitas pela polícia sanitária. Estas autoridades sanitárias desenvolveram diversas atividades, e por deterem o poder de polícia, muitas destas atividades desenvolvidas tinham um caráter extremamente autoritário.

Durante o começo do período Republicano a febre amarela e a cólera-morbo eram as doenças epidêmicas que flagelavam a cidade de Santos e em localidades no interior, e por causa disso os dirigentes dos poderes públicos acabaram estabelecendo a necessidade de visitas domiciliares em áreas que estivessem em uma situação complexa em decorrência desses males. Portanto, devido a gravidade da situação as autoridades podiam entrar e invadir o espaço privado, desta forma, portanto, justificando a ação como necessária para assegurar a higiene da urbe.

Em 1893, como respostas as constantes reclamações ora pela imprensa, ora pelos particulares[...] exigidas pelo incessante crescimento desta cidade, o intendente municipal designa uma comissão de especialistas para avaliar as condições higiênicas da zona afetada pela epidemia de febre amarela. No relatório encaminhado ao Prefeito Cesário Ramalho da Silva, os integrantes da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Sta. Efigênia apresentam em detalhes as más condições sanitárias de determinadas ruas casas desse bairro. A emergência autorizava-os a adentrar o espaço privado das habitações “em bem da higiene urbana”, pois, como enfatizavam os inspetores a área constituía “ponto vulnerável do sistema de defesa”. E mais, reivindicavam em nome da higiene pública o poder e o dever das autoridades governantas de “em certos casos suprimir garantias” e até “mandar demolir, retocar e reformar, sem obrigações em certas circunstâncias, de indenizar o proprietário. (BRESCIANI, 2010, p.20)

Em um relatório de 1897 apresentado ao senhor presidente do estado pelo senhor Antônio Dino da Costa Bueno, foram apontadas quais as atividades eram de incumbência do Serviço Sanitário, como a gerência da polícia da salubridade, além do auxílio ao público, e isso deveria ser realizado através das seguintes atividades: visitas domiciliares, visitas preventivas, desinfecções em órgãos públicos, desinfecções conforme a doença, intimações para obras, o que exigia assim uma higiene doméstica era. Mesmo o fechamento doméstico era permitido ao serviço sanitário que estabelecia, em suas regras, o que poderia trazer malefícios à saúde.

Com o objetivo de facilitar as ações da polícia sanitária de São Paulo, a capital foi dividida em 12 distritos, e cada um deles passou a ser da responsabilidade de um inspetor. As desinfecções contariam com o apoio do Desinfectório Geral, dirigido pelo doutor Diego de Faria. E o tratamento das doenças transmissíveis ficaram sob incumbência do doutor Cândido Espinheira no Serviço Sanitário, cargo de inspetor sanitário exercido até o ano de 1896, quando passou a ser dirigido pelo doutor Emílio Marcondes Ribas. No período bem que esteve sob a direção de Emílio Ribas o Desinfectório buscou extinguir as diversas epidemias de febre amarela, peste bubônica entre outras que grassavam São Paulo.

As autoridades sanitárias acabaram utilizando o jornal *Correio Paulistano* para suas comunicações, que era o órgão oficial do PRP (Partido Republicano Paulista), e alguns membros relacionados à agricultura eram investidores desse jornal, o que mantinham com a finalidade de divulgar as atividades desenvolvidas pelo serviço sanitário. Pretendiam mostrar à população que estavam trabalhando para diminuir a ocorrência de epidemias que flagelavam o estado e afetavam na vinda dos imigrantes.

Os estrangeiros estavam entre os mais afetados por essas doenças, então muitas medidas adotadas pelo Estado e pelo Serviço Sanitário eram realizadas para que o país obtivesse uma boa imagem no exterior, diminuindo, portanto, o medo dos imigrantes. No jornal *Correio Paulistano*³ de 4 de janeiro de 1900 na coluna intitulada “Serviço Sanitário”, foi divulgado que todos que fossem viajar pela estrada de ferro, deveriam chegar com antecedência à estação para a realização do processo da desinfecção de bagagens, e que após o procedimento, os donos das bagagens ou das encomendas receberiam um certificado a ser apresentado na estação, passando a imagem do rigor e da preocupação com a saúde pública que os dirigentes do órgão. O texto jornalístico buscava passar um ar de tranquilidade e de uma cidade sadia àqueles que desejassem vir para São Paulo.

A mesma notícia acaba confirmando casos de doentes por peste bubônica em Santos, porém sem casos graves, relatando que após a

³ SERVIÇO Sanitário, **Correio Paulistano**, São Paulo, 04 de janeiro de 1900. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1900_13053.pdf

instalação de uma comissão sanitária as doenças que atingiriam os imigrantes recém-chegados, estava sob controle.

As pessoas acometidas pelas doenças eram enviados a Santa Casa e ao Hospital de Isolamento, obre que teve a sua conclusão no ano de 1893 e buscava atender, na maior parte dos casos, os doentes de febre amarela. Mas, o hospital funcionava somente nos períodos de epidemias o que dificultava no tratamento das doenças contagiosas.

A inauguração da Hospedaria do Braz ocorreu às pressas, pois as obras ainda não estavam concluídas, e a maneira como foi apressada, teve um motivo expresso: a epidemia de varíola no bairro do Bom Retiro. Tais fatores deixaram a hospedaria recém-inaugurada sem bebedouros, sem latrinas e enormes áreas descobertas, insuficientes para todos, o que levou o serviço de desinfecção a ser realizado em área externa quando fossem necessárias, como vemos também relatado no *Correio Paulistano*.

VARIOLA - No Bairro do Bom-Retiro, nesta capital, deram-se, dentro de alguns dias, três casos de variola. O primeiro appareceu nas imediações da Hospedaria de Imigração, e o segundo e o terceiro na propria hospedaria, sendo os affectados removidos com maior presteza para o lazareto da Consolação. O lazareto acha-se em condições de receber doentes que sejam para alli enviado, tendo sido incumbido da sua direcção medica o sr. Dr. Eulalio da Costa Carvalho. O sr. Dr chefe de policia tem feito exercer toda a vilancia nos pontos da cidade onde a aglomeração de habitantes possa tornar perigoso o aparecimento da epidemia, não se descuidando, outrosim, a inspectoria de hygiene publica, de executar medidas convenientes as circumstancias. O sr. Visconde de Parnahyba, presidente da província, em previdencia de qualquer nova manifestação da molestia, na Hospedaria do Bom-Retiro, expedio ordens para urgente conclusão de algumas obras na nova Hospedaria de Immigração, sita ao bairro do Braz, de modo que a leva de 600 immjigrantes, esperada hoje ou amanhã, na capital, possa ser ali agasalhada; não entretendo ambos os estabelecimentos commudicação entre si. Na Hospedaria do Bom-Retiro é diminuto o numeor de imigrantes, guardando-se a maior cautela quanto aos casos de moléstias.⁴

Na matéria do jornal o *Correio Paulistano*, intitulada Varíola, o senhor Visconde de Parnaíba, então presidente da Província, solicitou que fossem concluídas, de maneira urgente, as obras que estavam ocorrendo na Hospedaria do Brás, porque a região do Bom Retiro, incluindo sua hospedaria,

⁴ VARÍOLA. *Correio Paulistano*, São Paulo, 05 de junho de 1887.

estava passando por uma epidemia de varíola. Decidiu direcionar os 600 imigrantes para a Hospedaria do Brás. Na Hospedaria do Bom Retiro havia dois casos de varíola e mais um em suas imediações, daí a importância e urgência em diminuir o número de imigrantes alojados, medida urgente para reduzir os riscos de transmissão da varíola para um maior número dos indivíduos aglomerados. Apesar de tudo, pode-se então perceber o novo esforço na construção de outra Hospedaria, a fim de buscar a diminuição e, conseqüentemente, a propagação e novos casos de varíola entre a população de imigrante chegando ao Estado.

Como a família Prado, controladora do jornal *Correio Paulistano*, tinha como entre as suas principais atividades gerar riqueza na cafeicultura, era de interesse que o senhor Antônio Prado utilizasse seu jornal como ferramenta das melhorias que estavam sendo feitas em prol dos imigrantes, cuja presença em São Paulo para trabalhar contribuiria para o progresso.

Tabela 1 – Tabela transcrita da página 9, *ipsis litteris*, do documento: Relatório apresentado ao Sr. Presidente do Estado de S. Paulo em 18 de Março de 1897 pelo secretário de Estado dos Negócios do Interior Antonio Dino da Costa Bueno.

ANNOS	Mortalidade Geral	Óbitos por febre amarela	Porcentagem	População	Observações
1891	2477	1019	41.13	20.000	Começou a funcionar a Comissão Sanitaria e o caes construído em 4/5 da extensão entre a Alfandega e a Estação da Estrada de Ferro
1892	4254	1823	42.85	-----	
1893	3424	1668	47.32	-----	
1894	1440	0	0	27.00	
1895	2574	1058	41.4	-----	
1896	1780	465	24.4	35.000	

Fonte: Disponível em Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Na tabela do Relatório apresentado pelo Secretário de Negócios do Interior, Dino da Costa Bueno em 1897, percebemos que a mortalidade ocasionada por febre começou a baixar após implementação de algumas

medidas, já citadas anteriormente. A febre amarela por possuir um alto índice de mortalidade acabou sendo o foco e motivo de preocupação dos médicos.

Em relação à Hospedaria dos imigrantes a historiadora Soraya Moura descreve que o local tem um antecedente, o que se deu por conta da inauguração da linha de trem interligando Santos à Jundiaí, conexão do litoral ao planalto e depois com a zona rural, dada a relevância que o café possuía no estado de São Paulo. E como na Europa, apresentado no início do capítulo da sua dissertação, a ferrovia no Brasil ampliou o crescimento demográfico, sendo necessário acomodar as pessoas que chegavam ao Planalto. Primeiro, foi construído uma hospedaria na região do Bom Retiro, mas o aumento cada vez maior de imigrantes recém-chegados, tornou-se necessária a construção um local mais amplo. No ano de 1885, a Lei 56 do mês de março permitiu a construção de um novo local para abrigar os imigrantes, acatando os interesses da Sociedade Promotora de Imigração, a qual tornou-se a responsável pela administração do local pelos próximos dez anos

À frente da Sociedade Promotora estavam os interesses de grandes proprietários de fazendas de café do interior que, a seu tempo, tinham bastante influência junto do governo provincial. A construção da Hospedaria de Imigrantes do Brás solucionava o velho problema da hospedagem dos imigrantes na capital. (PAIVA, 2008, p.21-22).

Para construir a hospedaria foram considerados duas opções de localidade, e o terreno ganhador foi o localizado perto da estrada de ferro São Paulo Railway. Optar pelo bairro do Brás para construí-la foi um plano estratégico, já que nesta região ocorria a junção de duas importantes ferrovias: a Central do Brasil e a São Paulo Railway, que partia de Santos, onde desembarcavam os imigrantes.

A Hospedaria era o símbolo para essa modernidade e de progresso, então era necessário um espaço para o recebimento dos imigrantes, e dela eles eram encaminhados para os seus locais de trabalho, muitos direcionados para as cidades do interior do Estado.

A criação da Hospedaria de Imigrantes teve relação direta com, ao menos, dois contextos mais amplos; por um lado, o crescimento e a modernização da cidade nas décadas finais do século XIX e, por outro, o avanço da cultura cafeeira para as regiões noroeste e oeste do estado. (PAIVA, 2008, p.23)

Com as ferrovias, São Paulo tornou-se a grande conexão entre o interior do Estado, onde o café era produzido e o Porto de Santos, local de escoamento para o exterior. A estrada de ferro Central do Brasil, através desta conexão com o ramal principal possibilitou os surgimentos de alguns bairros, entre eles o Brás e a Moóca.

A partir do crescimento demográfico da cidade era necessário ampliar a oferta de produtos para esse novo público consumir, e isso possibilitou a construção de fábricas de tecelagem e gêneros alimentícios. Como mencionado anteriormente, era interessante para a política imigratória a entrada de estrangeiros, afinal eles eram os braços que trabalhariam nas fazendas de café. A promotora nasceu dos interesses dos fazendeiros que se arvoraram ao poder político com a instauração da República, mostrando como os cafeicultores eram influentes nas conduções das políticas de estado, e a questão da saúde era algo que ia de acordo com os interesses republicanos.

Mesmo com toda a organização do serviço sanitário no relatório de 1896, o secretário de Negócios do Interior apontava que a questão da saúde pública ainda estava passando por um período de complexidade, porém menor que nos anos anteriores. Mesmo assim, na cidade portuária de Santos, com a chegada constante de imigrantes, a febre amarela teria ocasionado 435 óbitos. Logo após a instalação de uma comissão sanitária na localidade a mortalidade diminuiu como resultado das medidas iniciais desenvolvidas pelo serviço sanitário.

Em compatibilidade com o projeto civilizatório da elite, os médicos e higienistas acabaram buscando fazer diversas intervenções no espaço urbano, até mesmo entrando no espaço privado das residências. Entre suas obrigações e seus focos de ação e atenção, estavam as valas, os esgotos, os cemitérios e as habitações coletivas. O objetivo preconizado era o de reorganizar a cidade e implementar normas no espaço público e privado. Estes serão, portanto, os motes das ações das autoridades do Serviço Sanitário, cujos fatores mencionados anteriormente apontavam os moradores dos cortiços como geradores de aglomerações, e conseqüentemente, transmissores potenciais de doenças e epidemias. Uma das medidas era invadir a casa dos mais pobres em defesa de um processo civilizatório em vigor no Estado de São Paulo.

Posteriormente, pretendemos apontar ainda as primeiras medidas de controle das doenças que assolavam a cidade, como a criação do Hospital dos Variolosos, construído com doações, e que, inicialmente, tratava dos doentes afetados pela varíola. Este será transformado em Hospital de isolamento, local para onde eles aqueles doentes eram encaminhados.

Trabalharei também com a atuação de Emílio Marcondes Ribas no período em que foi inspetor sanitário, e a sua atuação como Diretor do Serviço Sanitário frente ao combate de doenças como peste bubônica, especialmente a febre amarela. Utilizarei a documentação do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas e da Fundação Seade, instituições nas quais constam, em seu corpus documentais, as fontes que demonstram a política do Estado e as formas que se desenvolveram as ações preventivas de fiscalização e combate diante das doenças epidêmicas antes, durante e após as epidemias.

Referências

BRESCIANI, M. S. Sanitarismo e configuração do espaço urbano. In: **Os Cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Arquivo Público de São Paulo, 2010.

CORDEIRO, S. L. (org). **Os Cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Arquivo Público de São Paulo, 2010.

HUTTER, L. M. **Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889, 1902-1914)**. São Paulo: Hucitec, 2018.

PAIVA, O. da C.; MOURA, S. **Hospedaria de Imigrantes de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SANTOS, C. J. F. dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.

SILVA, M. R. B. da. **O Laboratório e a República: saúde pública ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo (1891-1933)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.

TELAROLLI JUNIOR, R. **Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

Fontes

CÓDIGO Sanitário de 1894. Disponível em Arquivo Público de São Paulo.

RELATÓRIO apresentado ao Sr. Presidente do Estado de S. Paulo em 18 de Março de 1897 pelo secretário de Estado dos Negócios do Interior Antonio Dino da Costa Bueno. Disponível em Arquivo Público do Estado de São Paulo.

RELATÓRIO da Comissão de Exames de Inspeção das Habitações Operárias nos Cortiços de Santa Ephigenia de 1893. Disponível em Arquivo Público de São Paulo.

SERVIÇO Sanitário, **Correio Paulistano**, São Paulo, 04 de janeiro de 1900.
Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1900_13053.pdf

VARÍOLA. **Correio Paulistano**, São Paulo, 05 de junho de 1887.